

Do Livramento ao Cosme Velho: o Rio de Machado de Assis

Afonso Carlos Marques dos Santos*

Abstract

This essay shows the relationship between literature and urbanism considering the historical and political transformations in Rio de Janeiro from 1839 to 1908. The new map of the city corresponds to a change of mentality and symbolic relations that can be seen in Machado de Assis' literary works.

A Cidade onde nasceu, viveu e morreu Joaquim Maria Machado de Assis, entre 1839 e 1908, constituiu-se no verdadeiro laboratório da civilização no Brasil, num tempo e espaço profundamente marcados pela contradição básica entre as tentativas de racionalização do país e a manutenção do escravismo como instituição. Esta contradição será a responsável pela manutenção de estruturas arcaicas no interior, constituindo-se também no maior obstáculo para a modernização, o que se refletirá na capital. A contradição implica num amplo leque de ambigüidades, perceptíveis na imposição simbólica de valores importados da cultura ocidental numa paisagem urbana marcada pela escravidão e seus desdobramentos, como a ideologia do favor que preside as relações sociais no mundo dos homens livres. Como observou Roberto Schwarz, “o escravismo desmente as idéias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular”¹.

* UFRJ

¹ Cf. Roberto Schwarz, no texto clássico “As idéias fora do lugar”, introdutório ao livro *Ao Vencedor as Batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 16.

O Rio de Janeiro de Machado de Assis é a capital do Segundo Reinado e a capital dos primeiros tempos da República, laboratório de ambos os regimes e lugar síntese das suas contradições. Sua singular condição de Corte nos trópicos, desde 1808, quando da vinda da família real portuguesa para a América, era o resultado de um projeto político que a tornou sede do poder monárquico de um novo Império. Já no século XVIII, dotada da maior população urbana da Colônia, a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ocupava o lugar de principal porto dos domínios portugueses nesta parte do mundo, o que levou a Metrópole a elevá-la, em 1763, à condição de capital do Estado do Brasil, sob o governo direto do Vice-rei. Seu papel simbólico, como sede da Monarquia Lusitana transplantada para a América, será consolidado a partir de 1815, na criação do Reino Unido, e em 1818, quando da aclamação de D. João VI. Contudo, ao lado do projeto político de constituição de um Império luso-brasileiro com sede no Novo Mundo, um outro projeto, de caráter civilizatório, foi sendo esboçado pelos projetistas do Estado, o que afetou sensivelmente a feição da cidade. Tratava-se de construir uma Europa possível², importando, mesmo que tardiamente, alguns padrões de racionalidade das Luzes.

Neste sentido, em 1816, vem para o Rio de Janeiro uma Missão Artística francesa, contratada pelo governo português para atualizar o gosto e a técnica do novo Império. Os artistas franceses, chefiados por Joaquim Lebreton, chegam com a finalidade de fundar uma Academia de belas-artes. Destacam-se entre eles o arquiteto Auguste-Victor Grandjean de Montigny, que permaneceria no Rio até falecer, em 1850, e os pintores Jean-Baptiste Debret, que retrataria os momentos simbólicos de institucionalização do poder real e imperial, e Nicolas Antoine Taunay, que registraria a paisagem da Corte. Como este último, alguns dos artistas deixariam ilustre descendência na vida cultural da cidade. Foram contratados entre nomes que estiveram ligados ao derrotado Império napoleônico. Deslocados de sua antiga importância, tentarão a aventura de dar à Corte tropical dos Bragança a dignidade e a monumentalidade das formas clássicas importadas da tradição européia, como é o caso da reforma projetada para o Rio pelo arquiteto Grandjean de Montigny. Com a autonomia política, em 1822, os mestres da Missão são também chamados a participar do processo de construção simbólica da nova Nação - onde a cidade capital ocupa um lugar de grande centralidade. É importante lembrar que foi a partir do Rio de Janeiro que se estruturou e consolidou o Estado Nacional através da opção monárquica que deu corpo ao Império do Brasil. Os mestres da Missão trouxeram para a nova Corte uma concepção de arte, arquitetura e

² Tenho usado esta expressão “Europa possível” para designar o esforço de ocidentalização na Corte da América portuguesa.

organização do espaço que correspondia à Europa da razão burguesa, contemporânea da revolução industrial e do trabalho assalariado livre. Contudo, suas iniciativas irão se inscrever no contexto das contradições de uma sociedade de formação colonial, estruturada sobre a escravidão e bloqueada, do ponto de vista tecnológico e mental, pelas relações sociais dela resultantes³.

O núcleo urbano da Cidade, nos primeiros tempos da Independência, ainda obedecia a alguns dos limites da espacialidade colonial, demarcada pelos morros do Castelo, Santo Antônio, Conceição e São Bento, na pequena planície conquistada ao mar e aos alagados, onde foram abertas valas de drenagem ou desmontadas as abas dos morros. Com a vinda da Corte portuguesa e a utilização da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, como residência real, surgira o caminho da Cidade Nova e a expansão habitacional começara a se fazer com casas senhoriais sendo construídas nos novos bairros. A “cidade velha” vai ficando congestionada, o que leva a população a ir buscar os contornos das montanhas. Nos vales, até então ocupados por chácaras, prossegue a ocupação de caráter urbano, o que leva ao surgimento de bairros como Catumbi, Laranjeiras, Rio Comprido, Tijuca, Botafogo e Gávea. A população da Cidade passa de 137.030 habitantes, em 1838, para 266.466, em 1849.

Os demais morros da Cidade, como o do Livramento, onde Machado passa a infância, eram ocupados nessa altura por chácaras como a de sua madrinha Dona Maria José de Mendonça Barroso, viúva do senador Bento Barroso Pereira, senhora da quinta na qual os pais do escritor foram agregados. Lugar que por vezes aparece recordado, nos seus textos, em associação à infância, como a de Quincas Borba narrada por Brás Cubas, onde o pajem deixava os meninos “*gazejar a escola, ir caçar ninhos de pássaros, ou perseguir lagartixas nos morros do Livramento e da Conceição, ou simplesmente arruar, à toa, como dois peraltas sem emprego*”⁴. A parte baixa desses morros, para o lado da baía era praia, com casas de moradia de um só lado e do outro trapiches, armazéns e áreas de movimentação de cargas e carroças. Esta parte da cidade viria a abrigar a zona portuária em partes resultantes de sucessivas conquistas ao mar.

O primeiro espaço da Cidade correspondente à infância de Machado estava integrado à freguesia de Santa Rita, desmembrada em 1721 da freguesia da Candelária, abrigando importantes casas comerciais de café, especialmente nas ruas de S. Bento, Municipal e dos Beneditinos, além de muitos trapiches e alguns estaleiros. A Cidade portuária crescera de

³ Ver a respeito Afonso Carlos Marques dos Santos. “Da Colonização à Europa Possível: as dimensões da contradição” in Uma Cidade em Questão I: *Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro* (org. por Giovanna Rosso Del Brena e Irma Arestizabal). Rio de Janeiro, PUC/FUNARTE, 1979, p. 21-33.

⁴ J. M. Machado de Assis. *Memórias Póstumas de Brás Cubas. Obra Completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Aguilar Ed., 1971, p. 532.

importância, do ponto de vista econômico, pelo papel representado para a mineração no século XVIII, impulsionando as atividades comerciais. Alcir Lenharo, ao caracterizar esta dimensão na Cidade transformada em Corte bragantina, mostrou que o Rio de Janeiro era então o maior centro de importação e exportação do país e polarizador da produção das regiões circunvizinhas, além de entreposto de gêneros oriundos do Sul, do Prata e da África portuguesa. Um número significativo de navios aportava na Corte da América portuguesa em busca de abastecimento. O movimento do porto se completava com a redistribuição para outros centros de consumo de uma parte de suas importações, efetivada através da cabotagem e do comércio interior, estruturado sobre a organização mercantil das tropas de mulas⁵.

Além de dispor dos recursos peculiares de um centro político-administrativo, a Corte do Rio se constituía no mais importante entreposto comercial de todo o Centro-Sul do país, provocando o deslocamento de pessoas em todas as épocas do ano. A Corte torna-se um centro de consumo com exigências cada vez maiores provocadas pela concentração de burocratas, militares, comerciantes e representantes diplomáticos estrangeiros. No século XIX é a lavoura cafeeira, inicialmente cultivada na Corte e em seguida no Vale do Paraíba, que ocupará lugar de proeminência na economia da Capital. Sua produção e exportação são ampliadas significativamente após a Independência; constituindo-se em peça fundamental na sustentação econômica do Império. A economia do café impulsiona a expansão da Cidade e fomenta algumas de suas transformações fundamentais, levando à construção de ferrovias, como a Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1858, a primeira linha férrea com ponto de partida na Capital e que ligaria, no futuro, as fazendas de café no interior das Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo ao Porto do Rio de Janeiro.

Ao longo do século XIX, com o crescimento econômico, a Cidade começa a ultrapassar os limites do espaço colonial. Surgem os investimentos oriundos do capital estrangeiro e dirigidos aos serviços públicos. A companhia inglesa *Rio de Janeiro City Improvements* construiria o telégrafo, ao passo que surgem os primeiros serviços de água encanada. Em meados do século é que surgirão, por iniciativa do barão de Mauá, os primeiros lampiões a gás em substituição aos velhos lampiões de azeite. A Cidade festejará, em 1860, a inauguração do primeiro gazômetro na rua Senador Euzébio, que seria acompanhado da abertura do Canal do Mangue. Tiveram a primazia da nova iluminação o Largo do Paço e as ruas Direita, Ouvidor, Sabão e S. Pedro. Em pouco tempo, todo o centro da cidade gozaria deste melhoramento. Na mesma época surgem os primeiros calçamentos de rua em paralelepípedos.

⁵ Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura (Biblioteca Carioca), 2ª ed., 1993, p. 33-34.

A Câmara Municipal administrava a Cidade, tendo recuperado suas atribuições plenas com a extinção da Intendência Geral de Polícia em 1839. Desde a vinda da Corte a Intendência passara a se ocupar não apenas da ordem social, mas das atividades de gestão do espaço urbano, antes afeitas ao Senado da Câmara, denominação que o Conselho de Vereança recebera ainda em 1757. O Senado da Câmara, por sua vez, passa a denominar-se Câmara Municipal da Corte a partir da lei de 1º de outubro de 1828, que estabelecia novo processo de eleição. Os vereadores eram eleitos pelo prazo de quatro anos, assumindo a presidência o vereador que, pelo voto de seus pares, alcançasse o maior número de votos.

A Câmara constituía-se numa corporação administrativa, com o encargo de regular e executar o controle da fiscalização das atividades econômicas, da urbanização e do progresso do município. Para tanto, organizava e votava as posturas, que se constituíam na lei da edilidade. Neste sentido, a imposição da civilidade passava necessariamente pelo cumprimento das posturas. Um interessante exemplo destas práticas no caminho da civilização aparece num edital, sobre observância das posturas e leis municipais, publicado nos jornais da Corte e proclamado pelas ruas, a 6 de outubro de 1824, por determinação do Juiz Almotacel Francisco Xavier Pereira da Rocha. O Edital⁶ obrigava os moradores da cidade: a manterem limpas as suas testadas (a frente das propriedades), não fazendo depósitos de imundícies nas ruas; a que nenhum cavaleiro andasse correndo, nem devagar, pelas ruas da cidade; os comerciantes, a não amontoarem, nas vias públicas, mercadorias nem caixotes e barris vazios; a que não se perturbasse o sossego público com barulhos, devendo os carros de carga terem os eixos ensebados para que não rinchassem; a não haver ajuntamento de pretos nas tavernas; a que as experiências com animais de sela somente tivessem lugar no Campo da Aclamação; os comerciantes de carne, a não roubarem no peso; a que na Praia do Peixe não houvesse atravessadores, pois prejudicavam os donos das bancas; e, finalmente, à colocação de lanterna, durante a noite, nos locais das obras onde houvesse material depositado. Tratava-se, portanto, dois anos após a Independência, de estabelecer os mores adequados para a vida urbana na Corte, numa luta pela civilização que seria travada ao longo de todo o século XIX.

A Câmara foi obtendo paulatinamente a ampliação da sua esfera de atuação. Um novo Código de Posturas é organizado, em 1834, mas a sua promulgação seria retardada. No mesmo ano a edilidade é autorizada a empregar um engenheiro para cuidar das obras sob a sua responsabilidade. Em 16 de junho de 1835, um decreto concede à Câmara os terrenos de

⁶ O Edital foi sintetizado por Adolfo Morales de los Rios Filho, em *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946, p.107-108. Uma nova edição deste livro está sendo lançada pela editora TOPBOOKS.

marinha necessários aos mercados, praças e demais logradouros públicos, autorizando a demarcação, no Mangue da Cidade Nova, dos lugares destinados a um canal e às ruas que fossem necessárias, podendo aforar o resto dos terrenos. Pela lei de 7 de outubro de 1834, os terrenos de mangues passaram a pertencer à Municipalidade e o Governo imperial, sob a regência, foi autorizado a entregar à Câmara os vencimentos de seus foros. Contudo, somente em 1851⁷ seria levantada a planta de todo o mangue da Cidade Nova pelo agrimensor Agostinho Nunes Montez, por deliberação da Câmara, para que as importantes e complicadas questões dos foros pudessem ser discutidas pelas partes interessadas.

O primeiro Código de Posturas, promulgado em 1838, estabeleceu a *zona da cidade* e a *zona dos campos*, sendo que a primeira tinha como denominação *A cidade e seu termo*. As posturas, durante o Império, regulavam o processo de urbanização, tratando dos logradouros públicos no que se referia a alinhamento, limpeza, higiene e iluminação. Também regulavam as construções no âmbito público e no privado, aterros e desaterros, demolições, esgotamento de pântanos e canalização de rios, as feiras, os currais e matadouros, o estabelecimento de cemitérios, os depósitos de inflamáveis e a sua fabricação, os gêneros alimentícios, a matança do gado, os pesos e as medidas, os incêndios, os animais soltos nas vias públicas e os loucos e embriagados. Enfim, tudo o que pudesse significar ordenamento do espaço urbano, do ponto de vista físico e social. Numa crônica de 15 de junho de 1877, Machado de Assis viria a comentar, de maneira irônica, a eficácia de uma postura municipal e do edital que a divulgava através dos jornais:

“Todos os anos, por este tempo, a polícia tem o cuidado de mandar para a imprensa um edital declarando que serão punidos com todo o rigor os que infringirem certa postura da Câmara Municipal, que proíbe queimar fogos de artifício e soltar balões ao ar. O Edital aparece: aparecem atrás deste os fogos de artifício; aparecem os balões. A pobre da postura, que já se vê com a idéia de ver-se executada, suspira; mas, não podendo nada, contra os infratores, recolhe-se ao arquivo, onde outras posturas, suas irmãs, dormem o sono da incredulidade”⁸.

Apesar de uma certa autonomia legislativa e normatizadora no plano local, a Câmara Municipal da Corte dependia do Governo imperial para criar impostos e taxas, os orçamentos e as operações de crédito. Também era o Governo que deveria aprovar as suas prestações de contas e autorizar

⁷ Cf. Noronha Santos. *As Freguesias Antigas do Rio de Janeiro*. Introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965, p.50.

⁸ Machado de Assis. “História de 15 Dias”, 15 de junho de 1877, Op. Cit., vol. 3, p. 369.

arrendamentos, permuta ou venda de prédios, terrenos ou bens municipais. As relações da Municipalidade da Corte com o Governo se processavam através da Secretaria de Estado do Império, que arcava com uma parte das despesas do Município. As obras públicas de iniciativa municipal, por sua vez, eram feitas mediante concorrência pública. Como é possível verificar nas fontes históricas do *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, instituição que herdou a documentação administrativa da municipalidade carioca dos tempos do Império, o século XIX apresenta um enorme esforço para racionalizar a gestão da Cidade. Os processos de arrecadação e de aplicação de rendas, como observou Morales de los Rios Filho⁹, “obedeciam aos mais rigorosos métodos e formalísticos processos”. O Presidente da Câmara Municipal, para tanto, dispunha de um procurador e de diversos fiscais, que atuavam como seus auxiliares imediatos.

Todas estas tentativas de racionalização correspondiam a um movimento em direção ao controle físico das cidades que pode ser identificado em vários países europeus na primeira metade do século XIX. A cidade se torna, nas observações de Riccardo Mariani, “a nova protagonista da vida das nações, enquanto, no seu interior, pode-se ler a soma de transformações e tensões provocadas pelas suas novas dimensões e funções”¹⁰. O controle da vida dentro das cidades e do crescimento físico da própria cidade passa a significar o controle da vida da nação. Nas sociedades européias centrais tratava-se de articular campo e cidade na direção da industrialização e das migrações da mão-de-obra livre. No Brasil do século XIX tratava-se de tentar a difícil articulação da modernização com a economia agrária escravista, buscando formas de construção da civilização numa sociedade que, na prática, negava os princípios liberais, mas que desejava se integrar ao concerto das nações civilizadas.

As intervenções oficiais nas cidades do século XIX têm sua origem em planos de reordenamento, muitos dos quais não chegaram a sair do papel e das intenções projetistas de seus autores. Na época moderna, grande parte das transformações urbanas podem ser explicadas pelos *planos*, na medida em que estes são a forma concreta sob a qual se manifestam as forças que presidem à transformação da cidade, como lembra Aldo Rossi¹¹. Este autor, ao estudar os fatos urbanos, entende os *planos* como aquelas operações realizadas pela administração municipal, de maneira autônoma ou acolhendo propostas privadas, que prevêem, coordenam e agem sobre os aspectos parciais da cidade. Reconhece, entretanto, que as cidades, desde a sua fundação, têm a característica de possuir e, em parte, crescer mediante planos

⁹ Adolfo Morales de los Rios Filho, op. cit., p. 109.

¹⁰ Cf. Riccardo Mariani. *A Cidade Moderna entre a História e a Cultura*. São Paulo: Nobel/Istituto Italiano di Cultura, 1986, p. 4.

¹¹ Cf. Aldo Rossi. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.211.

que constituem um ponto de partida. Estes planos são construções imaginárias, por vezes utópicas, que revelam as concepções políticas e estéticas dos seus autores.

O Rio de Janeiro do século XIX encontra os primeiros planos para o seu reordenamento nos projetos do arquiteto francês Grandjean de Montigny. Para fazer da Corte nos trópicos uma cidade moderna, era conveniente não apenas impor os princípios do neoclassicismo, mas atuar em reformas estruturais no espaço. Seus grandes edifícios foram concebidos integrados ao contexto urbano e prevendo acessos capazes de criar novas perspectivas¹². Os desenhos que deixou revelam projetos que, se realizados, teriam transformado a fisionomia da Cidade tornando-a uma “nova Roma”. O primeiro dos grandes projetos tratava de um novo palácio imperial. Em torno de 1826, o arquiteto traçou um plano no qual propunha a reorganização ideal do centro, uma vez que o novo palácio ficaria situado à beira da baía, abrangendo o antigo paço. Tal como em Versalhes, onde o imenso palácio de Luís XIV incorporara o pequeno castelo já existente. Seguindo o mesmo princípio, a Cidade é concebida como um adendo do palácio, lhe servindo como uma espécie de moldura¹³. No plano, para dar acesso ao palácio, a cidade seria cortada por uma avenida grandiosa e duas praças. A primeira, dita “imperial”, formaria um semicírculo com pórticos que cercariam a estátua do soberano. Daí, rasgando a velha cidade colonial, uma “rua imperial” conduziria à segunda praça, cuja disposição deveria repetir o traçado em semicírculo e onde estaria a estátua da imperatriz. Com os seus “pórticos para o público e o comércio”, a “rua imperial” constituiria uma longa perspectiva à maneira de ruas de Paris, como a *Rivoli* e a *des Arcades*¹⁴. Mais adiante, o projeto demarca o acesso ao Rocio e ao Campo de Santana. Robert Coustet, ao examiná-lo, considerou que “o traçado das vias, a disposição das praças, o programa decorativo, tudo nesse projeto submete o povo a um urbanismo monárquico”.

Um segundo projeto foi concebido, em 1827, para o Campo de Santana. Lugar que apareceria num conto de Machado, em *Várias Histórias*, ambientado nos idos de 1840, como alternativa de folguedos da infância e onde o personagem, antecipando onde iria brincar no dia seguinte: “*Hesitava entre o morro de S. Diogo e o Campo de Santana, que não era então esse parque atual, construção de gentleman, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos*”¹⁵. Esta passagem indica, obviamente, que também este projeto não foi realizado. Grandjean havia planejado construir no Campo uma praça à francesa, que

¹² Cf. Robert Coustet. “Grandjean de Montigny, urbanista” In *Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*, op. cit., p. 65-72.

¹³ Apud Robert Coustet, op. cit., p. 67-68.

¹⁴ Idem, p.68.

¹⁵ Machado de Assis. *Várias Histórias*. Op. Cit., vol. 2, p. 548.

se chamaria Campo da Aclamação, em torno do qual se organizaria o novo bairro da Cidade Nova. O arquiteto qualifica o conjunto proposto como um “fórum”, pensado como o lugar das festas cívicas e manifestações patrióticas, próprio para sediar cerimônias políticas, procissões religiosas e paradas militares, mas também um lugar para passeio e descanso do povo, com chafarizes, bancos e lojas sob galerias. Este projeto comportaria também um novo paço imperial e a Catedral de São Pedro de Alcântara, cuja localização não aparece determinada. Todas as atividades deveriam se ordenar em volta de uma estátua equestre do imperador, cercada por estátuas que simbolizariam as dezenove províncias do império “oferecendo a S.M.I. suas homenagens e seus votos”¹⁶. Grandjean de Montigny colocava a serviço do novo Império na América, a simbologia monárquica centralizadora que trouxera da França napoleônica e que poderia ser eficaz também na Corte tropical. O projeto, além destes aspectos vinculados à simbólica do poder, contribuía, também, para assegurar a coesão da capital, impedindo que permanecesse dividida, uma vez que os terrenos baldios do Campo de Santana constituíam um corte entre a parte antiga da cidade e as novas áreas de expansão residencial.

Dois anos antes de sua morte, em 1848, o arquiteto francês retoma o projeto do palácio imperial. Grandjean pretendia, desta vez, criar um cenário portuário, com colunas-faróis, como em São Petesburgo, ou, como em Bordeaux, com estátuas reclinadas. Contudo, os tempos eram outros no reinado austero de D. Pedro II, a exaltação simbólica do imperador herói da independência, correspondente à fase de implantação do Estado nacional, devia ser superada. O culto do soberano, portanto, será substituído por outras preocupações de ordem cívica. Nesta nova direção, Grandjean elabora planos para uma Biblioteca Pública, uma sede da administração municipal, um palácio para o Tesouro, um palácio para a Câmara dos Deputados e outro para o Senado. No caso do Senado, o arquiteto repete a intenção de interferir na estrutura antiga da Cidade. O novo prédio ficaria ao lado do Rocio, então Praça da Constituição (atual Tiradentes), implicando na transformação da praça. Sua localização impõe um diálogo com a sua magistral Academia, ligada à praça pela pequena rua Leopoldina, e único projeto efetivamente realizado. No centro da praça propõe a implantação da estátua do primeiro imperador, que só viria a ocupar efetivamente este espaço em 1862. No projeto, o traçado geométrico da praça oferece a perspectiva dos dois pórticos do Senado e da Academia, um diante do outro.

No projeto do Senado e nas alterações propostas para a Cidade, o arquiteto previa “uma rua imperial projetada”. Tratava-se de uma larga artéria para cortar o morro de Santo Antônio, ligando o Rocio à praia de

¹⁶ Museu Nacional de Belas Artes, desenho n°. 6364AA, Nota explicativa do Projeto da Praça Proposta para o Campo de Santana pela Comissão no ano de 1827. Apud R. Coustet, op cit. , p. 68.

Santa Luzia. Para abri-la seria necessário sacrificar o Convento da Ajuda e o Passeio Público, criando uma vasta esplanada sobre a baía de Guanabara. Com esta avenida o centro da cidade seria ligado aos novos bairros na orla marítima, numa antecipação da proposta da futura Avenida Central que viria a ser aberta no Governo republicano de Rodrigues Alves. Também este plano não se realizou. Contudo, a obra de Grandjean de Montigny continua a merecer estudos profundos, tanto pelos valores intrínsecos que apresenta, como pelo que influenciou no urbanismo futuro da Cidade. O Estado imperial fez outras opções no caminho da civilização. A Cidade capital, até a República, continuaria a apresentar, na visão dos contemporâneos, feições rústicas e coloniais, mas o projeto civilizatório prosseguiria.

Como observamos anteriormente, o Segundo reinado revelaria outras estratégias nessa direção. O exame da volumosa correspondência do Imperador D. Pedro II indica uma atenção, por vezes detalhada, para tudo que pudesse significar avanço neste campo. Em cartas para o Conselheiro João Alfredo, então Ministro do Império, nos primeiros anos da década de 1870, o Imperador abordava os assuntos mais diversos: pequenos distúrbios estudantis vindos à rua, organização de currículos das escolas superiores e do próprio Colégio Pedro II e contratação de professores; preocupava-se com o estado físico das escolas, o apoio aos artistas e a distribuição de títulos e mercês a personalidades nacionais e estrangeiras¹⁷. O Ministro João Alfredo, por sua vez, esteve profundamente preocupado com a remodelação do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que acompanhava as inquietações do Imperador em relação à melhoria das condições e do nível de ensino no Império.

O Rio de Janeiro destes tempos apresentava problemas de salubridade, revelando precárias condições sanitárias, dependentes de um sistema de fossas. A elas se atribuíam os freqüentes surtos de moléstias que afligiam aos moradores da cidade, sempre preocupados com as epidemias periódicas de febre amarela, tifo, varíola, peste bubônica, cólera-morbo, entre outras. Em 1870, a febre amarela causou 1.118 óbitos. Em 1873 e 1876, as epidemias mataram respectivamente 3.659 e 3.476 pessoas. Estes fatos provocam uma retomada das discussões em torno do saneamento da capital. Os médicos são consultados e, mais uma vez, propõem medidas de intervenção urbanística e que passavam pela remoção da população proletária das áreas críticas, insalubres e de maior densidade. É preciso lembrar que, antes dos engenheiros, e desde o final do século XVIII, foram os médicos da Cidade os primeiros a propor cirurgias e extirpações no espaço urbano. Exatamente nessa conjuntura é que surgirá, sob a gestão de João Alfredo, o primeiro plano urbanístico para a capital. Jaime Benchimol já havia

¹⁷ Cf. Manuel Correia de Andrade. *João Alfredo: o Estadista da Abolição*. Recife, Ed. Massangana, 1988, p.96-104.

observado que o plano: “Coincide com os anos mais prósperos - e mais epidêmicos - do Segundo Reinado, quando a lavoura escravista do café no vale do Paraíba alcançava o auge das suas possibilidades de expansão e o Rio de Janeiro impunha-se como o grande empório comercial do país”¹⁸.

O Ministro João Alfredo resolveu intervir na capital do Império. Em 27 de maio de 1874, é nomeada pelo Imperador a *Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro*, constituída pelos engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Marcelino Ramos da Silva e Francisco Pereira Passos; este último, recentemente nomeado para o Ministério do Império, com a função de fiscalizar todas as obras projetadas para a Corte. Também foi nomeada uma Comissão de Águas, integrada por Paula Freitas e Buarque de Macedo, que fixaria as diretrizes para o crítico abastecimento de água da cidade, mantendo o serviço na esfera da administração pública. O Imperador inaugurou, com grande solenidade, em 31 de dezembro de 1875, a Primeira Exposição de Obras Públicas, como ensaio preparatório para a participação brasileira na Exposição Universal da Filadélfia, que se realizaria no ano seguinte. Nesta exposição o futuro apareceria projetado pelos engenheiros do Império.

Porém, oito meses após a nomeação da Comissão de Melhoramentos, os engenheiros apresentavam, em 12 de janeiro de 1875, o seu plano. A planta geral abrangia a parte central e os bairros do Engenho Velho, Andaraí, São Cristóvão, de um lado, e os bairros do Catete e Botafogo, de outro. O primeiro relatório tratava da planície que se estendia do Campo da Aclamação até a raiz da serra do Andaraí, vetor norte de expansão da cidade. O eixo dos melhoramentos era o canal do Mangue, que se constituía num foco permanente de infecções miasmáticas, e evitava, de acordo com as instruções do Ministério do Império, a demolição de propriedades públicas e privadas importantes. A Comissão projetou avenidas, ruas, praças e compreendendo a correção de caminhos, dessecamentos de terrenos alagadiços e aterros. O plano era evidentemente influenciado pelas reformas de Paris, empreendidas pelo Barão de Haussmann no II império de Napoleão III, mas não ousava ainda rasgar o centro velho da cidade. O alto custo financeiro e político impedia uma imediata aplicação das medidas demolidoras, sugeridas pela experiência européia contemporânea, na área de maior densidade habitacional. Para a comissão de engenheiros:

Um dos maiores defeitos que se notam na parte antiga da cidade é a estreiteza e a grande sinuosidade de suas ruas do que resultam não só dificuldades à circulação dos veículos e das

¹⁸ Cf. Jaime Benchimol. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura (Biblioteca Carioca), 1990, p. 138.

peças a pé, mas ainda impedimento sensível à renovação do ar viciado por tantas causas no interior das habitações. No traçado das ruas dos novos bairros, a comissão teve muito em vista evitar esse inconveniente, dando às que projetou, e que devem servir de base às subdivisões de quarteirões, larguras muito acima do comum no Rio de Janeiro”¹⁹.

A segunda parte do relatório da Comissão de Melhoramentos cuidava das regras essenciais para a construção de edifícios particulares. Os engenheiros opunham-se a uma padronização das fachadas, como queria o médico Pereira Rego, e defendiam que o aspecto exterior de cada casa denunciasse o fim a que se destinava ou a posição social dos que a habitassem. Por outro lado, engenheiros e médicos eram unânimes em condenar a arquitetura residencial que, até então, estivera sob a responsabilidade de “homens práticos, sem instrução profissional”²⁰. Assim como o saber médico procurara se impor no combate aos curandeiros, os engenheiros dariam combate aos mestres-de-obras. A Comissão proporia, nesta direção, o estabelecimento de um engenheiro ou arquiteto, nomeado como fiscal dos planos de construção e obras das casas particulares, para cada distrito da cidade, uma espécie de *district surveyors*, como na Inglaterra. Jaime Benchimol chamou a atenção para o fato de que a institucionalização dessas normas “técnicas” legitimaria a presença da indústria da construção articulada à importação de uma infinidade de bens de consumo doméstico²¹. O plano apresentado pelos engenheiros inseria-se, mais uma vez, no quadro de tentativas do que estamos caracterizando como o projeto civilizatório do Império, o que aparece nitidamente assumido nesta passagem do relatório:

Alheios às mais simples noções de estética e até muitas vezes aos mais insignificantes preceitos de arquitetura, esmeram-se os nossos mestres-de-obras em sobrecarregar as fachadas dos prédios com molduras e cimalthas sem sujeição, já não diremos, às regras da arte em que tanto primaram a Grécia e a antiga Roma, e que ainda hoje merecem tanto cuidado nos países mais cultos, mas às leis mais simples da conveniência e da harmonia; intercalam ornamentos sem gosto, nem justeza nas proporções; distribuem irregularmente as aberturas dos edifícios, empregando nelas pesadas e dispendiosas ombreiras e vigas de cantaria mal lavrada, que às vezes são mais tarde pintadas ou

¹⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1875, Códice 80-5-11, p. 6. Apud Jaime Benchimol, op. cit., p. 142.

²⁰ Cf. Jaime Benchimol, op. cit., p. 145.

²¹ Idem, p. 145.

*caiadadas; decoram as vidraças com vidros de cores variadas e mal combinadas, cujos efeitos são, além de prejudiciais, desagradáveis à vista; foram freqüentemente as paredes exteriores com azulejos que absorvem o calor solar e aquecem horrivelmente o interior das casas; fazem, enfim, como essas, muitas despesas inúteis, que, além de darem às nossas ruas uma aparência sem arte e sem gosto, imprópria sem dúvida de nossa civilização, tornam-se ainda nocivas ao conforto no interior do lar.*²²

Viviam estes engenheiros da Corte, em 1875, o drama da civilização num Brasil ainda escravista, que somente interrompera o tráfico negreiro há um quarto de século, mas que manteria o sistema de exploração da mão-de-obra escrava até 1888. Os valores arquitetônicos e urbanísticos que defendiam continuavam a entrar em contradição com as estruturas do país. Miécio Táci chama a atenção para o tema da escolha entre algum “pedreiro de fama” e um autêntico “arquiteto” em alguns textos de Machado de Assis, especialmente em *Quincas Borba*, onde o personagem Palha, após ter ganhado muito dinheiro: “Já trazia apalavrado um arquiteto para lhe construir um palacete. Vagamente pensava em baronia”²³.

Um Ministro do Império esclarecido, um Imperador angustiado com o atraso do seu país, com os modelos europeus a povoar as suas mentes, tendo de enfrentar o império dos proprietários rurais - dos senhores de homens e de terras - na luta pela modernização. José Murilo de Carvalho, ao examinar as tentativas da burocracia central na promoção de reformas, particularmente na política de terras, já havia observado que “a ação do governo central e de sua burocracia apontava na direção da implantação de uma economia de mercado, mobilizando seja a força de trabalho seja a terra. Mas no Império esta ação não encontrou apoio sólido em nenhuma classe ou setor de classe”²⁴. O projeto civilizatório²⁵ encontrava o seu maior bloqueio, portanto, na dimensão arcaica²⁶ da visão de mundo destes mesmos proprietários, principalmente devido ao seu peso político no Parlamento, o

²² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1875, Códice 80-5-11, p. 7-8. Apud Jaime Benchimol. Op. cit., p. 146.

²³ Machado de Assis. *Quincas Borba*. Op. Cit., vol. I, p. 756. O tema aparece recortado por Miécio Táci. *O Mundo de Machado de Assis: o Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Educação (Coleção Cidade do Rio de Janeiro), 1961, p.53-54.

²⁴ Cf. José Murilo de Carvalho. *Teatro de Sombras: a Política Imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988, p. 103.

²⁵ Sobre a questão do “projeto civilizatório do Império” ver Afonso Carlos Marques dos Santos. “A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto Civilizatório do Império”. *180 Anos da Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: URFJ, 1997, p.127-146.

²⁶ Sobre este tema ver o interessante estudo de João Fragoso e Manolo Florentino. *O Arcaísmo como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro (c.1790 - c.1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

que atrasava a constituição de uma sociedade de mercado, fragilizando as bases do Estado liberal, como observou José Murilo. O historiador Delgado de Carvalho, em 1926, na sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, assim sintetizaria este universo:

*Toda a história social do império gira ao redor do predomínio das classes rurais, representadas no Rio de Janeiro pelos grandes proprietários, fluminenses, mineiros, paulistas e baianos, com duplo domicílio. As matizes políticas: liberal e conservadora, sob o poder moderador do soberano, não representam interesses divergentes; são apenas interpretações de uma mesma orientação, a política dos fazendeiros. Daí a ordem, a pureza, o equilíbrio que caracterizam um regime, talvez demasiadamente conservador e um tanto rotineiro, porque demasiadamente rural nas suas preocupações, mas que dotou o país de largos anos de paz interior*²⁷.

Para que um plano de reformas pudesse renovar a capital seria necessário alterar as estruturas de poder, a base de assentamento do regime, as concepções políticas até então presas ao passado rural, mas, fundamentalmente, as condições financeiras de funcionamento do Estado. Somente a República viria a ter condições de superar, na primeira década do século XX e pouco antes da morte de Machado de Assis, as barreiras em relação ao centro da cidade, promovendo uma radical intervenção na Capital. O segundo reinado se extinguirá com o próprio regime monárquico, sem conseguir promover a reforma global da cidade símbolo, que identificamos como o laboratório da civilização. Alguma coisa mudava, entretanto, na paisagem urbana, como observou o alemão Oscar Canstatt, em 1871:

*Nos últimos tempos tem-se começado a abandonar o velho estilo rotineiro de construção e a deixar-se influenciar por um melhor gosto nas construções particulares e públicas. Assim é que o Barão de Nova Friburgo fez construir por um engenheiro alemão, um palácio no caminho de Botafogo, e a Sociedade de Beneficência Portuguesa um hospital no subúrbio no Catete, que em grandeza e gosto não ficam atrás de construções européias deste gênero*²⁸.

²⁷ Delgado de Carvalho. *História da Cidade do Rio de Janeiro (De acordo com os programmas das escolas públicas municipais)*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia., 1926, p. 102. As únicas reedições desta obra foram feitas pela “Biblioteca Carioca”, coleção de livros editada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Cultura.

²⁸ Oscar Canstatt. *Brasil. A Terra e a Gente (1871)*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1954, p.278

Este observador, que chegou no Rio de Janeiro em 1868, contratado pela Comissão Imperial de Agrimensura, conheceu seis das províncias e registrou aspectos da vida social, pública e privada, daqueles tempos. Na capital, observou a existência de um jornalismo ativo, com órgãos em vários idiomas, e que, no seu entender testemunhavam “*o esforço dos eruditos para levantarem o nível da vida intelectual do povo*”. Conta, ainda, que em todos os hotéis e restaurantes recebia grandes e pequenos jornais semelhantes às folhas de Paris, mas critica a ausência de “*opinião firme*” notadamente sobre a política externa. Para ele, o que os periódicos diziam sobre “*os acontecimentos na Europa*” era “*tão vacilante que da leitura dum desses jornais não resulta uma grande consideração pelo jornalismo brasileiro*”. Ressalta a existência, na vida intelectual do Brasil, de associações culturais sob os mais variados nomes e que teriam por fim “*em parte o fomento das artes e das ciências e em parte, proteção e auxílio aos necessitados e diversos outros*”. Sobre as condições da vida intelectual na Corte, comenta:

*O público erudito do Brasil, na sua maioria domiciliado no Rio de Janeiro, não é extraordinariamente grande e poucos são os que se têm distinguido de modo a ultrapassarem as fronteiras do seu país conquistando prestígio e fama no mundo das ciências. Isso é devido ao fato da cobiça no Brasil limitar-se quase que ao terreno da política e as ciências exatas serem cultivadas mais como ganha-pão. Falta também ainda aos eruditos no Brasil muitos dos acessórios necessários aos seus estudos; as coleções e bibliotecas de que existem diversas no Rio, são no que se refere à seleção de livros muito modestas. O que está mais desenvolvido é a literatura, que conta muitos poetas e escritores de nomeada*²⁹.

Apesar de parcial, o olhar deste estrangeiro não deixa de indicar algumas das limitações da vida intelectual da Corte, como as dificuldades de acesso ao conhecimento que estava sendo produzido no mundo. Na sua avaliação, porém, a literatura estava mais desenvolvida. De fato, verificava-se tanto na imprensa periódica como na produção de livros um aumento da produção literária e do público leitor no início da década de 1870, o que se reflete na obra de Machado e no reconhecimento que passará a ter.

As elites locais desenvolveram um estilo de vida pautado pelas importações de bens de consumo e de valores culturais contraditórios com o mundo da dominação escravista, que corrompia as relações sociais. Ao lado da vida rudimentar do mundo do trabalho, onde se verificava ausência

²⁹ Idem, op. cit., p. 288.

de direitos, no mundo da propriedade degustavam-se vinhos franceses e os alimentos importados, enquanto as moças aprendiam o francês e as senhoras executavam peças românticas ao piano. A sociabilidade burguesa era povoada de saraus com canto e declamação de poemas. Num ambiente tropical, as elites locais comportavam-se como estrangeiros desterrados, numa relação contraditória com a realidade climática imposta pela própria natureza. Porém não eram apenas as casacas e os tecidos europeus que pareciam estar deslocados neste universo, mas os próprios ideais liberais que, do ponto de vista formal, deveriam regular a monarquia constitucional e parlamentar. No Brasil escravista e preso à hegemonia do mundo rural eram limitadas as possibilidades da iniciativa privada e reduzido o espaço da construção burguesa do indivíduo, numa sociedade onde o público e o privado acabavam se confundindo e onde a modernização acabava sendo feita sob a proteção oficial.

A partir dos anos 70 as transformações na Cidade parecem se acelerar em todos os níveis, apesar do fracasso dos projetos de reforma global. Do ponto de vista dos deslocamentos no espaço verifica-se o aumento dos trens suburbanos que, associados à novidade dos bondes, alteram a geografia da cidade³⁰. O período que vai de 1870 a 1902 foi considerado pelo geógrafo Maurício Abreu como a primeira fase da expansão acelerada da malha urbana do Rio, o que indica que os problemas vividos na cidade também aumentam de proporção. Os bondes provocam uma onda de crescimento habitacional nos bairros, levando a ocupação acelerada das freguesias do Engenho Velho, São Cristóvão e Lagoa. Os trens, por sua vez, viabilizam um sistema suburbano de transporte, provocando a ocupação da faixa suburbana até Cascadura. Neste sentido vão sendo inauguradas, na década de 1880, as estações de Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Méier, Mangueira e Encantado e, já em 1890, a estação de Madureira. Na década de 80 foram inauguradas duas novas ferrovias, a Rio D'Ouro e a Northern Railway Company (futura Leopoldina Railway), que também contribuíram para a expansão.

A crise do escravismo, o declínio da atividade cafeeira na Província fluminense, o surgimento de inúmeras indústrias na paisagem da cidade e o grande afluxo dos imigrantes estrangeiros levam também a um crescimento populacional acelerado. A população chega a 522.651 no censo de 1890 e atinge a 811.443 habitantes em 1906. Com isto, os problemas habitacionais e sanitários também se agravam, uma vez que crescem os cortiços e as habitações coletivas, bem como as epidemias de febre amarela. Na discussão sanitária, desenvolvida desde meados do século XIX, os médicos defendem uma intervenção radical no meio ambiente. Condenam as habitações

³⁰ Ver Maurício de Almeida Abreu. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

coletivas, as ruas estreitas e tortuosas (alvo permanente da crítica dos viajantes estrangeiros), a existência de poucas praças, o depósito de lixo e dejetos nas ruas e praias, o enterro dos mortos em locais inadequados. Criticam, ainda, a presença de hospitais, açougues, matadouros e mercados de peixe no interior da parte mais aglomerada do núcleo urbano. Consideravam as casas térreas insalubres e apontavam para o fato do crescimento da cidade não ter obedecido a um plano sistemático. Eram criticadas, também, as construções tradicionais e a falta de uniformidade nos quarteirões. O discurso médico-higienista, anterior ao dos engenheiros, acabou conquistando a opinião pública, criando uma recepção favorável, já nas três últimas décadas do século XIX, para as propostas de melhoramentos com vistas à modernização da Cidade.

O Governo passa a incentivar as construções residenciais, apoiando a iniciativa privada com isenções de impostos e subsídios. Vilas operárias são inauguradas a partir da década de 90, o que não leva à eliminação dos cortiços, que continuavam a abrigar a maior parte da população pobre da cidade. Caminhava-se para estabelecer algumas associações que marcariam os espaços de crescimento da capital: de um lado trem, subúrbio e população de baixa renda tornavam-se sinônimos em oposição à associação dos bondes e dos bairros da zona sul com o estilo de vida “moderno”³¹. Machado de Assis assistiu, nos últimos anos da sua vida, ao processo acelerado de transformação da Cidade, especialmente na fase que se inaugura com a Presidência Rodrigues Alves (1902-1906), quando finalmente a Capital passará por uma profunda reforma global, que visava extirpar as doenças crônicas, criar novas vias de circulação e redefinir a feição da cidade, procurando apagar da paisagem urbana tudo aquilo que, originário do passado colonial, pudesse ser associado ao atraso. O projeto civilizatório do Império, pelo menos deste ponto de vista, fracassara. À República caberia assumir a bandeira da modernização do país e pôr em prática o seu projeto. Não será por acaso que um dos lemas da época, criado por Figueiredo Pimentel, será exatamente: *O Rio civiliza-se*.

O final do século XIX é um tempo de muitas transformações na vida brasileira. Em 1888 é abolida definitivamente a escravidão. No ano seguinte, como resultado de um golpe militar, é proclamada a República. A Cidade do Rio de Janeiro cumpre, em 1889, mais uma vez, um papel simbólico fundamental, pois é diante de sua Câmara Municipal, dissolvido o parlamento do Império, que se dá a posse dos membros do Governo Provisório da República, em vias de institucionalização. A República, porém, não extirpará num passe de mágica as mazelas do Brasil antigo, nem terminará com

³¹ Ver Maurício Abreu, op. cit., p.57 e Carlos Nelson Ferreira dos Santos. “Transportes de Massa - Condicionadores ou condicionados? *Revista de Administração Municipal*, 24 (144), setembro/outubro, 1977, p.23.

as profundas contradições sociais existentes no país. Muito pelo contrário, ela é marcada inicialmente pela ditadura militar e, em seguida, pela passagem do poder às oligarquias rurais, que se equilibrarão no poder, obedecendo a um conhecido revezamento regional. O Rio de Janeiro, como cenário do novo regime, torna-se objeto de atenção das preocupações científicas da época. Movida pela ideologia do progresso, a virada do século será marcada pela idéia de modernização urbana - que caracterizará todo o século XX.

Movidos pelos problemas concretos de saúde pública e pela necessidade de dar nova feição à Capital Federal, os planejadores da modernização poderão ver, no governo do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906), a concretização de suas propostas. Inspirados pelos novos modelos burgueses de conforto e de consumo e pela valorização do poder da técnica e da máquina, cujos benefícios e vantagens pareciam ser ilimitados, rejeitam o passado colonial e seus vestígios. O fenômeno não era isolado, encontrando correspondência no caso de Buenos Aires, onde as transformações se processavam, desde 1880, com o primeiro intendente da capital, Torcuato de Alvear, e seus sucessores³². Também em São Paulo, os prefeitos Antonio Prado e Raimundo Duprat trabalharam na urbanização da cidade desde 1898.

O Presidente Rodrigues Alves, ao dirigir-se ao Congresso Nacional, na Mensagem de 3 de abril de 1903, declarava que “*os defeitos da Cidade afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional*”. Para o Presidente, era necessário restaurar a Capital no “*conceito do mundo*” para iniciar uma vida nova, aberta à dinâmica da economia internacional. É importante lembrar que os projetos monumentais neoclássicos de Grandjean de Montigny, na primeira metade do século XIX, não chegaram a ser realizados. A Europa possível, idealizada a partir da Corte de D. João VI, ficou circunscrita a alguns eventos arquitetônicos isolados ou aos monumentos efêmeros das celebrações do Estado, que pareciam momentaneamente esconder, através de grandes cenários baseados na tradição européia, uma realidade arquitetônica originária das práticas coloniais e as contradições da formação social escravista. As reformas de Rodrigues Alves, com o engenheiro Pereira Passos à frente da administração municipal, deram início a um violento processo de arrasamento do Rio colonial - daquela cidade que os projetos frustrados do século XIX não conseguiram destruir. A partir de então, a Capital Federal se transformaria no alvo preferencial dos agentes da modernização. De 2 de janeiro de 1903 a 15 de novembro de 1906, Pereira Passos executou a remodelação da sede do poder republicano, com base no quadro econômico favorável encontrado por Rodrigues Alves, uma vez que no governo anterior, sob a presidência de Campos Sales, fora realizada uma restauração financeira. Três aspectos foram atacados nas reformas: o

³² Ver José Luis Romero. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Ed., 1976.

aspecto comercial, com as obras do porto; o aspecto higiênico, com a reorganização da saúde pública e o aspecto urbanístico propriamente dito, com a remodelação da Cidade. Ao lado do Prefeito Pereira Passos, outros nomes surgem associados às iniciativas de Rodrigues Alves: o engenheiro Paulo de Frontin, o médico sanitarista Oswaldo Cruz e o engenheiro Francisco Bicalho, responsável pelas obras do porto.

O Rio de Janeiro dos últimos anos de Machado é a capital do triunfo republicano que vai imprimir à paisagem uma nova feição. Mudam as referências da Cidade da infância, juventude e maturidade do escritor. Quarteirões inteiros são destruídos, fazendo desaparecer a parte velha da cidade onde foram ambientados os seus primeiros contos e romances. Desaparecem as ruas estreitas por onde andaram os seus personagens, numa cidade que precisava virar um arremedo de Paris e competir com Buenos Aires. Os costumes são rapidamente modificados, assim como o vocabulário da vida mundana. Os saraus, que tantas vezes aparecem em Machado, serão substituídos pelos *five o'clock teas*. A Avenida Central, com pretensões de monumentalidade, apresentando 1.800m. de comprimento e 33 de largura, substitui a rua do Ouvidor como eixo da vida econômica, política e cultural, e é responsável pela demolição de 641 casas de comércio e aluguel, enquanto os chalés iam se disseminando nos bairros da cidade, como a arquitetura típica dos novos tempos. Como reagia Machado diante de tudo isto? O escritor não mais atuava na imprensa periódica da cidade e, portanto, não registraria as suas impressões de cronista acerca do triunfo civilizatório do governo republicano. Manuel Bonfim teria contado a Humberto de Campos que, saindo certa tarde da livraria Garnier, em companhia de Machado de Assis, diante da multidão suarenta e apressada que desfilava pela Rua do Ouvidor, o romancista, vendo aquela infinidade de homens a se cruzarem sem trocar um olhar ou cumprimento, naquela rua do Ouvidor tão diferente da que o escritor conhecera, comentara, sacudindo a cabeça entristecido: “*Festa de estalagem, todos dançam e ninguém se conhece*”³³.

A trajetória de Machado de Assis, do nascimento à morte, é acompanhada de um deslocamento no espaço da Cidade que corresponde ao processo de ascensão social do escritor mestiço, de origem humilde, que, nascido no Morro do Livramento, numa família de agregados, atravessa o mundo urbano da Corte, elevando-se através da função pública e das letras a uma condição de vida aristocratizante que o incluirá entre os moradores do bairro elegante do Cosme Velho. O Rio de Janeiro, como laboratório da civilização, por sua vez, se constituirá no espaço cênico privilegiado da sua obra literária e a sociedade “fluminense” em matéria prima para uma refinada abordagem da condição humana. Seus personagens experimentarão,

³³ Cf. Brito Broca. “Prefácio ao Memorial de Aires”. *Machado de Assis e a Política..* São Paulo: Polis, 1983, p. 220-224.

principalmente na fase madura do escritor, a vivência da cidade grande no alvorecer de sua modernidade³⁴. Como intelectual, Machado integrou, a par do decantado caráter universal da sua obra, o elenco de criadores que, por vias diversas, participam do drama da construção da civilização no Brasil e da sua inserção na ocidentalidade. E, neste aspecto, nada melhor do que tomar a cidade capital, que se torna, desde a Independência, a cidade síntese da nacionalidade, como um lugar privilegiado para o exame destas representações.

Miécio Táti, num livro de enorme valia para as pesquisas sobre o autor e seu tempo, tentou revelar o Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis, o que não constituiu intenção deste texto que procurou abordar a cidade do tempo de Machado a partir de questões em torno do projeto civilizatório do Império. Táti assim o definiu:

*Um cronista - Machado de Assis, escritor essencialmente carioca, foi um homem desse tempo e contou casos desse tempo: ilustrou seus argumentos com análises de almas e bons quadros de costumes do Rio, enquanto Corte. Não se pode imaginá-lo fora desse clima - fora do clima do segundo reinado, em sua fase derradeira -, de que, através de suas obras literárias, foi intérprete esclarecido e amorável*³⁵.

Não há dúvida de que a Cidade está presente na obra de Machado de Assis e que esta presença pode significar um caminho de investigação, o que, de uma certa maneira, já foi percorrido por Miécio Táti, quando inventariou esta presença. Contudo, a pergunta permanece no ar. Como, de fato, a Cidade aparece na sua obra? Quais as faces reveladas, dos lugares e das pessoas? Qual o enigma impresso nesta presença? Aparentemente Machado toma a cidade como mero cenário, como lugar onde a cena humana se desenvolve, sem permitir que o espaço atue ativamente na trama, sem permitir que a cidade ultrapasse o seu lugar de pano de fundo. No entanto, no conjunto, são muitos os detalhes, em especial dos fragmentos humanos em deslocamento no espaço. Do ponto de vista físico surge a evidência maior dos morros da cidade: Conceição, Castelo, Santa Teresa; bairros e caminhos são percorridos: Matacavalos, Catumbi, Valongo, Cidade Nova, Rio Comprido, São Cristóvão, Engenho Velho, Andaraí, Tijuca, Glória, Catete, Laranjeiras, Flamengo e Botafogo. Também os lugares da vida social: casas de comércio, hotéis, tavernas, teatros e igrejas. Machado, indiretamente, vai tecendo um discurso sobre os mores em movimento no espaço urbano. Não o espaço de uma cidade qualquer, que poderia ficar em qualquer país,

³⁴ Como observa Katia Muricy em *A Razão Cética. Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 118.

³⁵ Miécio Táti, Op. Cit., p. 232.

em qualquer dos mundos; que tanto poderia estar no velho, como no novo mundo. Mas trata de um lugar específico, à beira da baía de Guanabara, desta cidade portuária do Atlântico Sul que temos identificado como laboratório da civilização. Afastemo-nos do equívoco de buscar em Machado o mero retratista da cidade, a assinalar as curiosidades da paisagem e dos costumes - via que pode nos conduzir à frustração. Partamos, enfim, para a aventura de viajar em direção ao lugar do drama na companhia de Machado. Não será, certamente, uma viagem confortável, podendo nos remeter ao que Nabuco chamou de a “*mais terrível de todas as instabilidades*”, entre a “*ausência do mundo*” e a “*ausência do país*”, registrando que “*o sentimento em nós é brasileiro, a imaginação européia*”. A busca da Ítaca machadiana pode nos remeter às contradições de um tempo que não terminou, revelando-nos o eterno drama da nossa inserção no Ocidente.

